



EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: A LUTA DOS ASSENTADOS EM BUSCA DE ESCOLAS DE QUALIDADE.

José Candido Freitas Santos¹

Resumo

Este artigo concentrou-se em fazer uma análise acerca da educação do movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com o objetivo principal analisar o processo educacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, realizando um breve estudo de caso sobre duas escolas presentes em dois assentamentos do MST. Configurando-se como uma pesquisa bibliográfica, dispo de a técnica de coleta de dados bibliográficos, para que, através da análise de livros e legislações fosse alcançado o objetivo dessa pesquisa. Para a construção do referencial teórico, dispomos de diversos autores e legislações que enfocassem o processo de educação do campo e o processo educacional do movimento. Dentro os diversos dados obtidos, constatou-se a importância de uma educação de qualidade dentro dos assentamentos do movimento, bem como a importância de uma educação representativa, sendo ela, uma proposta pedagógica que contemple a subjetividade e as particularidades dos assentados.

Palavras-Chave: Educação no MST, Escolas do Campo, Educação do Campo.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo nasce a partir da necessidade em se pesquisar sobre os processos educacionais dos movimentos sociais, com foco no processo educacional do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Buscando mostrar e socializar conhecimentos sobre o tema proposto, sobre tudo, enfatizando o processo de luta que o movimento vem enfrentando ao longo dos anos para ter o direito a uma educação digna e de qualidade.

O estudo busca mostrar também um pouco sobre o que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trazendo uma revisão literária acerca das suas principais conquistas enquanto movimento, sobre tudo no âmbito educacional.

Investigar esse tipo de temática é de extrema importância, ainda mais em um cenário como o que estamos vivenciando nos dias atuais, onde destacamos cada vez mais os movimentos sociais se enfraquecendo, seja por falta de apoio, perseguição dos governos, ou até mesmo pela falta de diálogos entre os próprio movimentos, e relacionado a esse enfraquecimento está entrelaçado a questão educativa dos movimentos, uma vez que com a diminuição dos movimentos sociais, o acesso a uma educação que seja representativa fica cada vez mais escassa e difícil.

¹ Graduado em Pedagogia / UFRPE, Pós Graduando em Gestão Escolar / FAVENI.



Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi formulado a seguinte problemática: como se dá o processo educacional dos assentados, e como essas instituições de ensino estão organizadas?

Para alcançar respostas para essa problemática, pontuei o seguinte objetivo geral: analisar o processo educacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Como objetivos específicos, pontuaremos: 1) Descrever brevemente o MST; 2) Refletir acerca da educação e das escolas do campo; 3) Destacar como é o processo educacional dentro do próprio movimento; 4) fazer um breve estudo de caso entre duas escolas que estão inseridas dentro do movimento.

Para esse artigo, foi analisado a Escola Iraci Salette Strozak da cidade de Rio Bonito do Iguaçu – PR, sob as perspectivas teóricas apresentadas na dissertação de pós-Graduação em educação da Universidade Estadual de Londrina, desenvolvida por Katia Aparecida Seganfredo Cericato (2008), e analisaremos o processo educacional presente no Assentamento Normandia na cidade de Caruru – PE, sob a análise teórica dos estudos realizados por Claudemir Martins dos Santos, Jeyse Pereira da Silva e Edvaldo Carlos de Lima (2013).

Por fim, destacaremos algumas considerações que surgiram através desse estudo, trazendo contribuições teóricas para esse campo de pesquisa que está cada vez mais se desenvolvendo em nossa sociedade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Quanto a sua natureza, este artigo se adequa a uma pesquisa de natureza básica, onde, segundo (GIL, 1999) acontece quando temos “objetivo de produzir novos conhecimentos, uteis para o avanço da ciência sem uma aplicação prática prevista” ele reitera ainda que uma pesquisa de natureza básica é aquela que “envolve verdades universais”. Do ponto de vista de seus objetivos, podemos definir esse estudo como sendo uma pesquisa exploratória, pois, permite ao pesquisador desenvolver um “planejamento mais flexível, podendo utilizar levantamentos bibliográficos ou entrevistas com pessoas que tiveram contato com determinado problema, assumindo as formas de pesquisas bibliográficas e de estudo de caso” (GIL, 1996; DENCKER, 2000).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esse trabalho se adequa aos termos estabelecidos por GIL, (1999) para uma pesquisa bibliográfica, pois, partimos da “análise de materiais já publicados, seja em livros impressos, artigos de periódicos e de informações disponibilizadas através da internet”, como complemento Oliveira (2002) a “técnica bibliográfica busca encontrar as fontes primárias e secundárias e os materiais científicos e



tecnológicos necessários para a realização de determinado trabalho científico”.

Quanto a coleta de dados dispomos da técnica de coletas bibliográficas, pois, segundo Silva (2008), nos permite “contemplar, apenas os trabalhos pertinentes e relacionados ao tema principal da pesquisa, sem desviar o foco da temática”, dessa forma, houve a possibilidades de fazer pesquisas em livros e periódicos com o objetivo de coletar dados para o referencial teórico desse artigo, bem como coletar os dados apresentados pelo *site* do MST, com o objetivo de coletar dados para a escrita dessa pesquisa.

A luz teórica do presente estudo foi concebida graças análise dos estudos realizados por Caldart (2003) em busca de conhecimentos sobre as Escolas do Campo em Movimento, através dos verbetes: Escola do Campo; Educação do Campo; MST e a Educação, presentes no Dicionário da Educação do Campo organizado por Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012). Através dos estudos realizados sobre a obra de Saveli (2000), em busca de compreensão sobre as propostas educacionais do MST, e sobretudo através do estudo das obras de Cericato (2008) e Santos, Silva e Lima (2013) nas cidades de Rio Bonito do Iguçu – PR e em Caruaru – PE, respectivamente.

3. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Em revisão aos estudos de Caldart (2003), podemos compreender o processo de criação do movimento, esses dados trazidos por ela, são muito importantes para nossos estudos, pois assim, entenderemos quando e onde esse movimento foi finalmente formalizado e como ele se desenvolve:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Desde a sua criação o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra. (CALDART, 2003, p. 51)

Entendemos após essa breve análise que, desde seu princípio até os dias de hoje o movimento apresenta os mesmos princípios que é “Lutar pela terra, Pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais Justa” (CALDART, 2003, p. 51), e desde o início o MST sempre busca lutar por escolas dentro próprio movimento.

O que infelizmente está se tornando cada vez mais complicado e difícil para alcançar em nosso país, pois, podemos observar que cada vez menos os governos tem o cuidado de criar



políticas públicas destinadas a essas pessoas, mais os fatores que enfraquecem os movimentos sociais não param por aí, como podemos observar abaixo:

A nova conjuntura econômica e política tem papel social fundamental para explicar o cenário associativista atual. As políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor. (GOHN, 2011, p. 344)

Estamos vivenciando um tempo de grande desagregação dos movimentos sociais já constituídos, esses movimentos estão perdendo seu cenário social para que outros “atores” sociais comecem a se desenvolver, como podemos observar na citação acima, onde percebemos que estão surgindo novos atores, organizados em ONGs, associações e afins. Esse fato causa extrema instabilidades para aqueles que sempre estiveram em busca de melhorias sociais para os menos favorecidos, pois, é um fato consumado e uma verdadeira “verdade universal” que os governos tendem sempre a favorecer as classes mais ricas, e conseqüentemente desfavorecer as classes sociais mais baixas, nesse cenário de inserção de novos grupos e ONGs, quem garante que, por trás desses novos “movimentos” não venha a existir um apoio de alguns em prol de objetivos e interesses comuns?. De fato estamos vivenciando um período de muitas instabilidades sociais e humanas, no qual só sairemos se tivermos a capacidade de deixar interesses pessoais em favor do direito de todos.

O MST é dividido em dois setores principais, a luta por reforma agrária e a transformação social, se deu início durante o período da “reforma agrária na nova República” (DE’ CARLI, 2014, p.144, 145), onde com a duas crises do petróleo deu origem a as condições necessárias para a emergência de alguns movimentos sociais entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

A partir da sua fundação, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra passou a ser o principal movimento com força política a lutar por uma reforma agraria no Brasil, porém, como definido em seu programa inicial de reforma agraria, no que diz respeito a seus princípios básicos, destaca no quesito II a “Luta por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo” (MST apud Stédile, 2005b: 178).

Percebemos que o movimento vai além de uma força política que luta por uma distribuição igualitária da terra, o movimento vai além, ele busca fazer reformas sociais, busca uma educação igualitária para todos, ou seja, busca uma sociedade justa, para todos, independentemente de sua classe ou raça.

3.1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO E AS



ESCOLAS DO CAMPO

A Educação do Campo, nasce a partir da necessidade de criar escolas que estão diretamente ligadas a vida dos seus sujeitos, nesse caso os atores da educação devem ser os moradores e a população em geral que reside fora dos limites urbanos dos municípios, que tende a englobar todas as fases educacionais, desde a primeira infância até a terceira idade.

A educação do campo, assim como todas as modalidades de ensino, constituem um direito constitucional da nossa sociedade, e é assegurada através da constituição de 1988, como está estabelecido em seu Art. 205.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Além da Constituição Federal, há uma gama de legislações que representam e legitimam a educação no campo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 28, diz que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996).

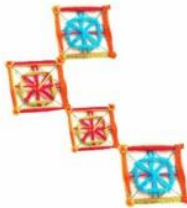
Observamos aqui um cuidado especial com a educação para as populações da zona rural, onde legítima e dá possibilidade de que as escolas estejam organizadas a partir da real necessidade desses atores, afinal, o público alvo dessa modalidade educacional é realmente as pessoas que moram nessas localidades.

O referencial a seguir nos mostra que ao tratarmos de educação do campo estamos tratando de uma educação que remete o conjunto de trabalhadores e camponeses que moram e trabalham no campo, ou seja, uma educação voltada significativamente aos principais personagens no contexto.

Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26 apud CALDART et al., 2012, p 260).

No que diz respeito às escolas do campo, as escolas devem estar organizadas de modo a respeitar as particularidades e subjetividades de cada aluno. A LDB garante esse aspecto em seu Art. 28, em seus incisos, I, II e III:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar



às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

De tal modo, as escolas dos campo devem sempre estar adequadas as realidades da comunidade na qual ela está inserida, para que assim, haja uma maior permanência dos alunos nas escolas, gerando assim um aumento cada vez maior no número de crianças e adultos alfabetizados nas populações rurais.

De modo geral, as escolas do campo são aquelas que estão localizadas geograficamente fora do distrito sede dos municípios, ou seja, são aquelas escolas que estão localizadas dentro das zonas rurais

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. (MOLINA; SÁ, apud CALDART et al., 2012, p 324)

Analisando esse contexto, entendemos que as escolas do campo, são sobre tudo grandes conquistas principalmente para os camponeses e movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade, uma vez que o fato das escolas estarem presentes dentro das comunidades tendem a gerar um processo educacional mais rico para os alunos, uma vez que essas escolas vão trabalhar conteúdos que fazem parte da realidade dos alunos, trazendo situações do dia-a-dia dos alunos.

3.2. REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA EDUCAÇÃO DENTRO DOS ASSENTAMENTOS

Analisando o contexto histórico do MST, é possível perceber que ao mesmo tempo que o movimento luta por terra, ele também começa a lutar por escolas de qualidades no assentamentos. Caldart (2003), nos mostra que mesmo a educação fazendo parte das lutas do movimento desde sua fundação, no princípio não havia uma relação muito direta entre a luta por terra e a luta por educação, aos poucos as duas lutas foram se tornando uma só, pois ao mesmo tempo em que eles lutavam por uma distribuição igualitária da terra, passaram também a sentir uma necessidade maior em garantir seus direitos a uma educação de qualidade, que fosse representativa, e de que de fato, estivesse dentro dos assentamentos, formando um único elo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social



de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra. (CALDART, 2003, p. 62).

Desde sempre, o movimento buscou lutar por escolas de qualidade dentro dos assentamentos, pois para o movimento ter boas escolas coincidiria com uma boa educação para todas as pessoas que estão inseridas nesse movimento. No início o movimento achava que a luta por escolas dentro dos assentamentos seria apenas mais uma luta pelo seus direitos sociais, direito esse que estaria sendo excluído pela opressão que sua classe trabalhadora oferecia, porém logo depois eles perceberam que essa luta não seria tão simples assim, que seria uma luta de grande importância, pois não só o movimento necessitava de escolas de qualidade mais sim toda a zona rural, que precisam ser abrangidos por uma educação voltada a terra desde as séries iniciais, e que como vimos anteriormente é um direito garantido por lei para essas pessoas, como enfatiza Caldart (2003), no coletivo nacional de educação do MST.

Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. (CALDART, 2003, p. 63).

A lutar por escolas dentro dos assentamentos ganha força, no momento em que se percebe que não são apenas os integrantes do movimento que precisavam ter escolas voltadas para a educação do campo, uma vez na qual percebemos que até hoje, muitas escolas do campo ainda não possuem uma formação voltada para o próprio campo. O que percebemos hoje em dia é que na maioria das vezes acontece apenas uma transferência das escolas dos municípios para as zonas rurais ou para os assentamentos em questão, e vale apenas ressaltar que quase nunca acontece essa transferência para os assentamentos, e na maioria das vezes os assentados são obrigados a procurarem matrículas nas escolas da cidade, levando aos educandos a uma declinável perda de subjetividade educacional.

4. RESULTADOS E DISCURSÕES: COMO AS ESCOLAS ESTÃO ORGANIZADAS DENTRO DOS ASSENTAMENTOS DO MST?

Para compreendermos um pouco mais sobre como está organizado o sistema educacional dentro do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, utilizamos dados coletados a partir do *site* do MST, a partir da leitura de artigos que trazem conhecimentos sobre a organização educacional dos assentados, e sobre tudo, a partir da análise de dois casos específicos: 1) Assentamento Marcos Freire, onde está localizada a escola Estadual Iraci Salete Strozak (CERICATO, 2008). 2) Assentamento Normandia, onde está localizado um dos maiores exemplos para a educação do campo, O centro de formação Paulo Freire, localizado



na cidade de Caruaru – PE (LIMA; FERREIRA e SILVA, (2009). Para a coleta de tais dados, ainda foram realizadas visitas ao *site* do Centro de Formação Paulo Freire.

Ante o caráter excludente da educação formal (institucional), o MST vem construindo uma proposta de educação que toma corpo a partir de 1987, com a criação do Setor Nacional de Educação responsável pelo processo educativo nos acampamentos e assentamentos do Movimento. (CERICATO, 2008, p. 139).

Como podemos observar, o MST é um movimento social muito bem organizado, principalmente em relação ao setor educacional. Desde a sua fundação, o movimento percebe essa preocupação em relação a uma garantia educacional para todos os assentados, não somente para as crianças, mas também para os jovens e adultos que por razão da “luta” não conseguem se matricular em escolas do “sistema regular de ensino”.

Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a comunidade de luta. A continuidade a luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento. (*SITE* MST)

Observamos que a luta por educação do MST é uma questão de lutar por aquilo que é essencial para todos eles, uma vez que a partir da sua principal bandeira, que é a luta por uma distribuição igualitária de terra, é preciso também que se haja uma educação que seja representativa para o movimento, pois, segundo o movimento, não basta apenas ter a terra, mas é necessário conhecimentos práticos para trabalhar com a terra, bem como era necessário um sistema pedagógico para que todos os assentados tivessem a oportunidade de se tornarem sujeitos alfabetizados e críticos, que tivessem a oportunidade de compreender a conjuntura social e política não só do movimento, mas de toda a sociedade.

Em visita ao *site* do MST na internet, na aba “educação” podemos encontrar diversos dados sobre as escolas e o aproveitamento educacional do movimento, como podemos analisar na tabela abaixo:

Tabela 01 – Dados educacionais do MST.

Segmento	Quantidade/ Beneficiados
Escolas nos assentamentos.	Mais de 2 mil escolas.
Acesso à educação gratuita.	200 mil pessoas.
Adultos já alfabetizados.	50 mil adultos.
Estudantes em cursos técnicos.	2 mil estudantes.
Cursos de graduação em universidades públicas.	Mais de 100 cursos.

Fonte: tabela elaborada pelo autor, com base nos dados apresentados no *site* do MST, 2020.²

² Dados disponíveis em: < <https://mst.org.br/educacao/> >.



Analisamos então que a luta do MST por uma educação para as pessoas que estão dentro dos assentamentos de fato é sim uma luta concreta, que traz diversos frutos e conquistas para os assentados, fica nítido, após a análise da tabela o compromisso que o movimento tem com uma educação de qualidade, onde estão sempre na luta para que cada dia as conquistas sejam maiores e mais abrangíveis, até alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Para melhor compreendermos a educação dentro do movimentos, analisaremos a seguir dois estudos de caso sobre duas escolas que estão funcionando dentro dos assentamentos do movimento.

4.1. Assentamento Marcos Freie – Escola Estadual Iraci Salete Strozak³

Segundo o texto de Cericato (2008), antes de ser criada a escola dentro do assentamento, a única forma de acesso à educação que as famílias tinham era através de grupos de educadores que eram formados pelo MST, através desse acompanhamento as “crianças tinham acesso através das cirandas infantis que segundo ela, era uma ideia de creche tida pelo movimento e abrangia crianças de zero a seis anos, havia também de uma forma mais indireta a educação de jovens e adultos”.

[...] as famílias acampadas tinham acesso à educação através de dirigentes e grupos de educadores formados pelo Movimento. Havia, no acampamento, o atendimento às crianças através da Ciranda Infantil, uma ideia de creche proposta pelo Movimento para a educação de crianças de zero a 6 anos, havia também a educação de jovens e adultos. (CERICATO, 2008, p.140)

Logo após, todo o acampamento deslocou-se para uma área que foi denominada sede, pois tinha água, e alguns barracões onde eram guardadas as maquinas (RODRIGUES,1999, p.12 apud CARICATO, 2008, p.140), “[...] depois foram mais para dentro da área que já era a sede, tinha casa que o pessoal da Giacometi trabalhava no serviço de retirar madeira [...]”.

Após algumas desapropriações a escola José Alves dos Santos, que até então estava no casarão da sede, ganha uma extensão e vai para a Vila Velha, a extensão funcionou por muito tempo, até que em 1999 começa as discursões para a institucionalização do Colégio Iraci Salete Strozak. Finalmente depois de muita luta, o estado oficializou o colégio que passou a funcionar dois períodos, atendendo cada vez mais pessoas, mesmo estando regulamentado ele ainda passou dois anos instalado no lugar da extensão, somente alguns anos mais tarde

³ Esse estudo foi realizado graças aos conhecimentos adquiridos a partir dos estudos realizados a obra de Cericato (2008).



ganhou novas instalações em um novo local.

Assim;

Aqui é que seria então institucionalizado pelo Estado como Colégio Estadual Iraci Strozak e passa a funcionar em dois períodos com oito turmas. Entre 2001 e 2002, o colégio funcionava na Vila Velha e, em 2003 muda-se para o prédio atual na comunidade do Assentamento Marcos Freire, chamado Centro Novo. (CARICATO, 2008, p.141)

Depois de ser institucionalizado pelo estado, teve-se a missão de dar continuidade aos trabalhos pedagógicos da escola, como no assentamento já havia outras escolas estaduais, os diretores daquelas escolas ficaram com responsabilidade dessa continuação, observamos a seguir:

A proposta pedagógica era comum às três escolas estaduais que havia nesse início de assentamento. Como as outras duas escolas estavam fisicamente estruturadas, os diretores daquelas escolas assumiram o compromisso de dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido e o grupo do Setor de Educação do MST centrou as atenções para o novo Colégio Iraci Salete Strozak. (CARICATO, 2008, p.143)

Sendo assim, deu-se continuidade a proposta educacional do MST, prezando por uma educação que “destacava-se pelo processo coletivo de discussão e trabalho, a organização do currículo por áreas do conhecimento e o processo de avaliação que não se limitava ao âmbito pedagógico.” (CARICATO, 2008, p.143)

4.2. ASSENTAMENTO NORMANDIA – CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE

Em visitação ao *site* do Centro de Formação Paulo Freire⁴ logo no início da página, aprendemos o que é o Centro de Formação Paulo Freire, vejamos:

Faz parte de uma área coletiva de 15 hectares de terra regulamentada e integrada ao Plano de Desenvolvimento Assentamento Normandia – MST – Caruaru/PE. Mas vai muito além. É a união de milhares de famílias assentadas e acampadas para conquistar à educação, saúde, trabalho e renda. (Site MST)

Observamos que o Centro vai além de uma escola dentro de um assentamento do MST, o centro representa milhares de famílias que buscam ali, uma vida digna e justa, onde eles encontram um forma mais digna de viver, diferentemente do restante da sociedade opressora que existe fora dos assentamentos, sociedade essa que, ao mesmo tempo que o movimento luta para dar qualidade de vida e educação aos seus assentados, luta para tirar deles esses direitos que são garantidos constitucionalmente, e que foram conquistados através de um processo de muita luta pelo movimento.

O Assentamento Normandia localizado no município de Caruaru/PE, é um

⁴ Disponível em < <https://centropaulofreire.org.br/o-centro/> >



dos mais bem sucedido assentamento do MST dentro do movimento no estado. Esta fazenda denominada de Normandia, foi ocupada em maio de 1993, aproximadamente por 179 famílias militantes do movimento. A partir de novembro de 1997, a fazenda foi desapropriada para beneficiar as famílias com a sonhada reforma agrária. (SANTOS; SILVA e LIMA, 2013, não paginado)

O assentamento Normandia em Caruaru representa um dos assentamentos mais bem-sucedidos do estado de Pernambuco, após muitas lutas das famílias camponesas, criou-se o centro de Formação Paulo Freire que foi originalmente criado com o objetivo de promover encontros na formação política das pessoas que fazem parte do movimento.

Atualmente, o Centro de Formação Paulo Freire conta com apoio de diversas universidades e instituições de ensino que utilizam as suas dependências para o desenvolvimento de suas pesquisas, extensão rural e residência médica em saúde do campo, como é o caso da UFRPE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas, ter contato, mesmo que seja um contato teórico com a educação do movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi uma experiência ímpar, tanto para o crescimento profissional do pesquisador, quanto para o lado humano, pois, a partir do envolvimento com os teóricos da área, através dos estudos de caso realizado, das visitas aos *sites* que foram utilizados para a escrita dessa pesquisa, propôs um grande conhecimento em relação e uma maior familiarização com o tema pesquisado.

Por fim, concluímos ressaltando a importância de uma educação de qualidade para todas as pessoas que estão em constante luta, se configurando como assentados e ou participantes do movimento. Percebemos que de fato, as propostas educacionais do MST são de diversas formas bastante consolidadas e validas, tendo em vista o sucesso que os centros de formação presentes dentro dos assentamos mostram, como vimos no decorrer dessa pesquisa, são inúmeras as pessoas contempladas com as escolas e com as parcerias firmadas entre, universidades, institutos de ensino e os centros educacionais dos movimentos. De fato, a proposta de educação do MST é uma proposta pedagógica organizada, com bases solidas a partir de uma educação rural, com um currículo que contempla a subjetividade dos seus sujeitos.

Finalizo essa pesquisa ressaltando a importância permanente da luta, não apenas do movimento aqui analisado, mas a luta por uma sociedade justa e igual para todos, e que: para se unir a luta, não precisamos se aliar ao movimentos mas sim, estarmos todos unidos em prol do fortalecimento de uma boa educação para todos. Que sejamos defensores da educação,



pública e de qualidade, para todos aqueles que dependem dela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nova LDB – Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org e <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARICATO, Katia Aparecida Seganfredo. **Os principais organizativos e a proposta pedagógica do MST**: contradições de sua materialização na escola Estadual Iraci Salete Strozak. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

COSTA, Caetano De'Carli Viana. **Sonhos de Abril: a luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal**: os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. Coimbra: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/25254>.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361. 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.

SANTOS, Claudemir Martins; SILVA, Jeyse Pereira; LIMA, Edvaldo Carlos. **Aspecto agrário do nordeste brasileiro e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no assentamento Normandia-caruaru/PE-brasil**. João Pessoa, 2013.

SILVA, Renata. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico**. São José: USJ, 2008.